

**Um japonês em Santa Maria, RS:
Um breve ensaio de um personagem desconhecido**

André Luis R. Soares¹

Resumo

Este trabalho busca apresentar uma parte da biografia de um personagem pouco conhecido da imigração japonesa no Rio Grande do Sul. Mitori Kimura chegou ao Brasil em 1930, aos treze anos. Na pesquisa realizada publicada anteriormente (Soares, Gaudioso et al, 2008) resgatamos parte da trajetória deste personagem, principalmente nos registros a partir da história oral de alguns imigrantes e rara documentação sobre a imigração japonesa em Santa Maria em 1957. Porém, ampliando a pesquisa para outros espaços, foi possível observar a passagem de Kimura em outros fatos igualmente importantes na história da imigração.

Presidente da associação de jovens do município de Marília, São Paulo², também foi associado pelo DEOPS em São Paulo ao grupo denominado *Shindo Renmei*³, uma associação que, além de não aceitar a propaganda anti-nipônica durante a 2ª grande guerra, também praticou assassinatos de japoneses que defendessem a aliança/conivência com simpatizantes dos norte-americanos e/ou noticiavam que o Japão havia perdido a guerra. Na verdade, é praticamente certo que Kimura participasse da *Zenpaku Seinem-Renmei*, a Liga dos Jovens de todo o Brasil, que reunia as associações de jovens japoneses do país. Após o término da guerra, Mitori Kimura foi contratado por Yasutaro Matsubara para o início do empreendimento no município de Dourados, MS (1953-1961) para assentamento de japoneses. Para além da presença de Mitori em três lugares tão distantes (Marília, SP; Dourados, MS; Uruguaiana e Santa Maria, RS) e em eventos distintos (a participação da *Seinenkai*, a capatazia em Dourados e ser o responsável pela imigração no RS) observamos que, além de desconhecido, este personagem cruza com elementos de grande visibilidade histórica (o ex-embaixador João Batista Luzardo em

¹ Professor doutor do Dep. de História, Professor do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – UFSM. E-mail: alrsoaressan@gmail.com.

² Literalmente Seinen-kai, associação de jovens, no qual era vice-presidente nacional.

³ Liga do Caminho dos Súditos, ver Moraes, 2000.

Uruguaiana, o próprio Yasutaro Matsubara, que obtém do presidente Vargas a licença para a imigração), porém, sem nenhum destaque ao seu trabalho ou sua participação nestes eventos.

Neste artigo tentaremos trilhar um caminho de apresentação de parte da biografia deste personagem, ao mesmo tempo em que dialogando entre a invisibilidade da história japonesa fora dos estados mais conhecidos e a relevância destes sujeitos históricos que habitam a margem da história da imigração. Neste sentido, a provocação de uma “nano-história”, pois embora possua diversos elementos da micro-história, por outro ainda carece de consagração que justifique uma pesquisa sistemática.

Palavras-chave: imigração japonesa; Mitori Kimura; micro-história

Introdução

A imigração japonesa no Brasil é amplamente estudada nos estados que possuem maior contingente demográfico e que, após as comemorações do centenário da imigração, receberam atenção especial. Em recente panorama nacional foram abordados alguns estados nos quais a visibilidade da imigração japonesa ainda é baixa, como Rio de Janeiro e Santa Catarina (Carneiro e Takeuchi, orgs., 2010). Poucos são os trabalhos referentes aos japoneses que aqui chegaram após o reatamento das relações diplomáticas entre Brasil e Japão em 1952. É importante destacar que existem várias formas de classificar o movimento migratório, e sendo assim, optamos por dividir o movimento anterior e posterior a segunda guerra mundial (Sakurai, 2009, p.31), haja vista os processos diferenciados entre os dois momentos, com características muito distintas no tocante a promoção do investimento, dos empresários envolvidos no processo e no destino e formação dos imigrantes anterior e posterior ao evento (idem, p.38).

Após a segunda Guerra Mundial, a situação do Japão não era das melhores. A população que retornava da guerra mais o crescimento demográfico, associado à falta de produção agrícola, deixava o país em situação delicada. O Japão devastado pela guerra precisava dispersar sua crescente população, que era muito maior do que o suprimento interno de alimento e outros recursos limitados. Assim, depois da assinatura do Tratado de Paz de São Francisco em 1951, que deu a independência ao Japão, o país fez alguns ajustes especiais com os governos dos países latino-americanos para envio de colonizadores imigrantes que trabalhariam para o desenvolvimento agrícola. Os

primeiros imigrantes do pós-guerra chegaram ao Brasil em 1952, ao Paraguai em 1954, à Argentina em 1955, à República Dominicana em 1956 e à Bolívia em 1957.

Após o fim da guerra, o Japão precisou reassentar a sua economia e lidar com a alta taxa de desemprego. Dentro desse quadro, a emigração foi aventada como uma saída para a crise. O governo japonês criou uma infra-estrutura sob o comando do ministério das relações exteriores para arregimentar e selecionar os emigrantes, não só para o Brasil como para outros países da América Latina. (Kodana e Sakurai, 2008, p. 26)

A imigração foi vista, mais uma vez, como uma saída possível para que diversas pessoas pudessem reconstruir suas vidas fora do Japão. Entre 1952 e 1961, quando foi retomada a imigração no pós-guerra, cerca de 55 mil japoneses saíram do seu país em direção ao Brasil, embora desde 1927 o governo de Tokyo tivesse abandonado a política *dekassegui*⁴, para estimular a “emigração para radicação permanente”.

O Serviço de Imigração Japonesa, por sua vez, informava, em março de 1968, que mais de 615.000 japoneses e seus descendentes residiam no Brasil. Se tomados os números correspondentes ao fim da Segunda Guerra, em torno de 250.000, os dados do final dos anos 60 representam considerável aumento deste contingente.

A chegada oficial ao estado do Rio Grande do Sul é no ano de 1955, e em agosto de 1956 começa a corrente imigratória direta, quando um grupo de 23 rapazes solteiros chega ao porto de Rio Grande.

Desta forma é que, entre milhares de imigrantes, poucos são aqueles sobre os quais o exercício biográfico tomou fôlego, e, excetuando-se os “pioneiros” ou “desbravadores”, poucas são as publicações de japoneses em destaque⁵.

Vale lembrar que a micro-história opera com escala de observação reduzida, exploração exaustiva de fontes, descrição etnográfica e preocupação com a narrativa literária. Neste sentido, contempla, sobretudo, temáticas ligadas ao cotidiano de comunidades específicas — referidas geográfica ou sociologicamente —, às situações-limite e às biografias ligadas à reconstituição de microcontextos ou dedicadas a personagens extremos, geralmente vultos anônimos, figuras que por certo passariam despercebidas na multidão. Guimarães, 2003, p.317

Entre estes “vultos anônimos”, escolhemos um personagem que, acreditamos,

⁴ Dekassegui pode ser traduzido por trabalhador temporário fora de sua região. Existem dekasseguis dentro do Japão. O termo ficou consagrado em virtude do grande número de “imigrantes temporários” que nunca mais retornaram.

⁵ Este fato se deve a diversos fatores que não vem ao caso explorar neste texto, porém, dois fatores podem justificar inicialmente, que é o espírito de coletivo, no qual a família e a aldeia são mais valorizados que o indivíduo, e a iniciativa em casos excepcionais, nos quais os cargos diretivos (presidentes, chefes, responsáveis, etc.) assumem o controle ou direcionamento de grupos de pessoas.

ainda deve ser resgatado do “limbo historiográfico”, seja pela sua participação em eventos de significado para as comunidades japonesas em três estados diferentes, ou pelo menos porquê os fatos estão ainda vívidos na memória de outros envolvidos. Não é uma biografia no sentido tradicional na palavra, mas sim uma colcha de retalhos dispersos num quebra-cabeça incompleto e sem referências que notícias breves, relatos de história oral e algumas matérias de jornal ajudaram a reconstruir, em um labirinto que, reunindo dados a partir do caos, buscamos conhecer a vida do imigrante e alguns acontecimentos no qual este esteve envolvido.

Por muito tempo considerado pelos historiadores como um gênero menor, a biografia recuperou seu prestígio nos últimos anos. A produção recente de biografias, embora herdeira de uma longa tradição, coloca (ou recoloca) problemas que estão no centro do debate historiográfico contemporâneo: as relações entre indivíduo e sociedade, unidade e fragmentação, narração e explicação, público e privado, entre outras questões. Schmidt, 2000, p.13

Aqui é relevante iniciar uma breve justificativa do motivo que levou a esta pesquisa. Interessado na imigração japonesa no estado do Rio Grande do Sul a partir da existência de uma colônia japonesa na cidade de Santa Maria, resgatamos a história de trinta e três famílias japonesas que migraram diretamente para o RS em 1957, na fazenda do ex-embaixador João Batista Luzardo, em Barra do Quaraí. O responsável pela imigração, ou seja, a pessoa que trouxe os japoneses da província de Kumamoto e arredores foi o Sr. Mitori Kimura. Porém, a medida que a pesquisa se aprofundou em jornais (Soares e Souza, 2008) observamos que a história de Kimura entrelaçava-se com outros personagens, alguns com mais visibilidade dentro do quadro migratório, estadual e nacional. Assim, recorrendo às memórias dos imigrantes, dos jornais da época, bem como aos escassos documentos espalhados pelo país, buscamos dar visibilidade a este migrante.

Sendo assim, recorrer a história oral e a outros tipos de documentos se mostrou relevante e fundamental devido a escassez de outras fontes que pudessem nos auxiliar na reconstrução do personagem e do seu tempo.

Além de interferir no conceito de personagem histórico, a opção pela História Oral possibilita o estudo da vida social das pessoas e ao trabalho com a questão do cotidiano, evidenciando a trilha da história dos cidadãos comuns em uma rotina explicada na lógica na vida coletiva de gerações que vivem no presente. Rosa, 2007, p.4

Primeiros passos ou uma linha do tempo

Para a construção deste artigo preferimos trabalhar com uma linha cronológica

direta, para não correremos o risco de confundir ao invés de esclarecer. Embora a narrativa dos entrevistados, dos jornais e dos documentos remetam a tempos diferentes e espaços diferentes, pretendemos apresentar de forma linear algo que, nas memórias e seus discursos, em nenhum momento são tão lineares, o que nos obrigará a fazer diversas digressões, avanços e complementos para dar sentido a biografia de Mitori Kimura.

Conforme dito anteriormente, Mitori Kimura chega ao Brasil aos 13 anos, em 1930, ou seja, durante o período onde é mais intensa a entrada de japoneses no Brasil (Pereira e Oliveira, 2008). Inicialmente voltado a agricultura, como todos os imigrantes da época, é provável que, por ser atleta e esportista⁶, rapidamente tenha se envolvido com o grupo de jovens e a associação de jovens de Marília – a seinenkai⁷.

Ao que tudo indica, devido a sua liderança, foi alçado a vice-presidente da Seinenkai em todo o Brasil, o que lhe dava visibilidade na comunidade. Este fato foi acompanhado pela inserção de Kimura no serviço de correio da comunidade japonesa, função destacada, conforme sua ficha no DEOPS

Prontuário: FP094890, **Caixa:** 162, **Nome:** KIMURA MIDORI, **Histórico:** O fichado é o chefe do correio Japonês que foi transformado em escritório comercial a Rua Prudente de Moraes, 196. Vide fls. 29 do prontuário nº 8342. Simpatizante do Eixo, mesma referência⁸.

Segundo alguns depoimentos de pessoas ligadas a Mitori Kimura, sua popularidade e capacidade de dialogar com todos os segmentos da comunidade tornaram-lhe, além de popular, uma pessoa importante para ajudar a resolver as questões ligadas aos problemas entre os japoneses. Com o advento do Estado Novo e o fechamento da Associação da Colônia Japonesa em 1940⁹, a colônia japonesa passa a ter cada vez menos informações sobre a guerra, o que faz seu papel dentro do correio da colônia ainda mais importante.

⁶ Mitori Kimura lutava sumo e era corredor de 100 metros rasos, Entrevista com T.N. em 02 de março de 2011. Santa Maria, acervo do Memorial de Imigração e Cultura Japonesa.

⁷ Seinen-kai é traduzido literalmente por “associação de jovens”.

⁸ Idem em FP051789, disponível em <http://www.usp.br/proin/inventario/resultado.php?fgSubmit=1&stKeyword=midori%20kimura&idAreaBusca=0,1,3,4,5,7,9,10&idAreaSelecionada=0&nmBoxAtual=0&idArrayQuery=0&fgTermoExato=1>

⁹ Conforme http://www.nikkeymarilia.com.br/site/p_subcategorias.asp?cat_pai=13&m=1&tit=1&pag=2, último acesso em 04 de março de 2011.

Neste contexto, a partir de 1942, é que surgem diversas organizações buscando agremiar japoneses e combater a ausência de informações e a divulgação de informações equivocadas. A origem destas organizações é incerta, conforme nos cita Rosangela Kimura :

Cependant, l'origine de la *Shindô Renmei* est controversée ; il existe, au moins, trois versions sur la fondation de l'organisation : dans la première, la *Shindô* aurait eu ses débuts en 1942 à Marília (état de São Paulo). Dans une autre (la plus probable), cela aurait eu lieu entre 1944 et 1945, et l'organisation avait eu le nom de *Kodôsha* (Mouvement Unificateur) en février 1944, peu avant de devenir *Shindô Renmei*. Enfin, dans la version « officielle » diffusée par certains dirigeants de l'organisation –dans un effort de la légaliser face aux autorités brésiliennes, l'organisation aurait été créée juste après la fin de la guerre, soit en août 1945. (Kimura, 2008, p.132)

O surgimento da *Kodôsha*- movimento unificador – bem como a *Shindô Renmei* não podem ser associadas ao movimento posterior a guerra, quando a comunidade japonesa se dividiu entre *makegumis*¹⁰ e *kachigumis*¹¹. É muito provável que a criação destas organizações estivesse ligada a proibição do ensino de língua japonesa em escolas, e conseqüentemente a proibição do ensino do “espírito japonês” (*Yamato Damashii*) e da cultura tradicional nipônica.

Conforme citação de um dos líderes da *Shindô Renmei*, o objetivo desta sociedade é de preservar os valores tradicionais no Japão, conforme a fala do Coronel Kikawa, um dos mentores e líderes da organização:

“*Shindô* é uma sociedade para cultivar o *Yamatodamashii*, o espírito nipônico, e para unir os japoneses, sem criticar ou menosprezar o nome do imperador, como os japoneses derrotistas fazem. Queremos pedir à autoridade para proibir a propaganda que alguns patriotas fazem inutilmente dentro da colônia, pregando o derrotismo.” (Morais, 2000, p. 117)

É de observar que o intuito primeiro destas organizações era a manutenção dos valores culturais japoneses, visto que, entre os imigrantes, ainda havia a intenção de retornar ao solo pátrio, e isto só seria possível com as crianças educadas neste espírito.

¹⁰ *Makegumis*: Derrotistas ou esclarecidos, os que aceitavam a derrota do Japão na 2ª guerra mundial.

¹¹ *Kachigumi*: Vitoristas, aqueles que não aceitavam a derrota do Japão, ou simplesmente não aceitavam atos depreciativos contra a Família Imperial Japonesa.

Àqueles que aceitavam passivamente a inserção na sociedade brasileira eram declarados “inimigos da pátria” e, portanto, criticados pelos outros.

É justamente em Marília que existia o maior número de filiados da Shindô Renmei, e conseqüentemente do grupo dos “vitoristas”. Há de se esclarecer, no entanto, que muitos dos filiados ou mesmo dos japoneses classificados como “derrotistas” simplesmente não aceitavam a forma como a divulgação do término da guerra, bem como as humilhações posteriores.

Devemos nos ater também que a grande maioria dos japoneses que estavam associados a *Shindo*, não se tratavam de "fanáticos", "malucos", longe disso! Na realidade eram imigrantes educados a partir de paradigmas totalmente diferentes à cultura brasileira, vivenciando um momento crucial da história de suas vidas, devido as agruras da guerra e do pós-guerra. Nesse universo sombrio poucas eram as referências "seguras", a *Shindo Renmei* surge em um momento propagandeando ser a portadora das respostas a uma série de dúvidas que pareciam insofismáveis. Fica a pergunta: Que culpa a maioria destes imigrantes japoneses tinha em simplesmente acreditar na "vitória" do Japão? Dezem, s.d.¹²

Pelos autos do DEOPS- SP, o que percebemos é que Mitori Kimura foi acusado de ser “simpatizante do eixo”. Mas o que isso significava, realmente, é algo difícil de afirmar. Em entrevista ao senhor T.N. de Santa Maria, pessoa que conheceu de perto Mitori Kimura, ele afirma o seguinte: “Sempre que dá briga fugia para casa dele, o kachigumi, né ? Ele [Mitori] não gosta assim, ‘pisar na bandeira do país’, de viver assim no país sabe, por que aquele, makegumi né, faz tudo do jeito que só ganha dinheiro.”¹³

A posição de Mitori Kimura parece clara: ele não gostava que pisassem na bandeira do Japão. Para o DEOPS, isso era um sinal de que ele era um *kachigumi*, um vitorista. No entanto, o que se pode perceber, é que na verdade, poucos japoneses com respeito pela pátria aceitariam este tipo de humilhação. A prática do *fumi-ê*, pisar na imagem, era uma prática comum como tortura psicológica para identificar os “vitoristas” entre tantas pessoas envolvidas. Porém, o que levou Mitori Kimura a ser preso, repetidas vezes, ser torturado e ter as unhas arrancadas foi o fato de que, provavelmente, em todos

¹² Shindo Renmei: Uma breve história. Rogério Dezem é autor do livro : Shindô Renme: Terrorismo e Repressão. Módulo III- Japoneses. A citação encontra-se disponível em http://artigos.netsaber.com.br/resumo_artigo_13023/artigo_sobre_shindo_renmei_uma_breve_historia. último acesso em 02 de março de 2011.

¹³ Entrevista de T.N. a André Soares no dia 01 de março de 2011, acervo do Memorial de Imigração e Cultura Japonesa do RS.

os conflitos que envolvessem japoneses em Marília, os policiais visavam diretamente as lideranças, e no caso de Kimura, o fato de ser presidente da Associação de Jovens.

Este fato é corroborado pelo fato de que o DEOPS considerou como “Associações japonesas consideradas subversivas e continuadoras da Shindô-Renmei em 1950” a *Zempaku Seinem-Renmei*, “Liga de Jovens de todo o Brasil”, sociedade esta a qual Kimura era vice-presidente em 1940 (Dezem, 2000, p.193). Neste mesmo prontuário está o seguinte:

Entidade: *Zempaku (Zenhaku) Seinem-Renmei* (Liga dos jovens de todo o Brasil). Dirigentes: Irmãos Yendo (Casa Yendo, Rua Conde de Pinhal). Obs. Dentre seus principais dirigentes, destacam-se elementos que já foram da *Shindô-Renmei* como Midori Kimura, co-autor de um crime de morte a mando a *Shindô-Renmei*, a Liga dos jovens de todo Brasil tem sua sede ou núcleo principal em Marília- SP (1950). (Dezem, 2000, p.193).

Vida Nova no pós-guerra

Após o término do conflito e a liberação de todos os envolvidos no processo, o próximo passo em que encontramos Mitori Kimura é na implementação da colônia promovida por Yasutaro Matsubara, na cidade de Dourados, MS. O estado do Mato Grosso e a criação de colônias agrícolas faziam parte do plano de Getúlio Vargas, ainda durante o Estado Novo, de promover um sentido de ‘brasilidade’ através de uma “marcha para o Oeste”:

O Jornal “O Correio de Marília” ... foi o divulgador de muitas propagandas, realizando sempre entrevistas e reportagens com os prósperos comerciantes e fazendeiros da região. O Estado de Mato Grosso na edição de natal de 1954 foi construído simbolicamente como um lugar a ser domado, explorado, colonizado, civilizado pelos *nipo-bandeirantes*. (Silva, 2010, p.3)

A mudança de local não deve ser visto como fato estranho, pois diversas pessoas e famílias, após o final do conflito dentro da colônia japonesa, viam com bons olhos a mudança de ares e o recomeço era desejável, preferencialmente em um local onde as velhas disputas pudessem ser definitivamente enterradas (Associação, 2008, p.219).

Na época em que estava sendo implantada a Colônia Agrícola de Dourados, um projeto fundiário para assentar 10.000 famílias nordestinas em lotes de 30 hectares cada um, o senhor Yasutaro Matsubara conseguiu junto ao presidente Getúlio Vargas a destinação de 1.000 lotes a famílias de imigrantes japoneses. Vargas autorizou a entrada de até 5.000 famílias de imigrantes para diversas colônias federais e estaduais. (...) O senhor Matsubara, que residia na cidade

paulista de Marília, tinha laços profundos de amizade com o então Presidente e conseguindo os direitos de utilização de 1.000 lotes passou-os para o governo japonês. (Associação, 2008, p. 195)

É muito provável que Matsubara tenha conhecido Mitori Kimura ainda em Marília, pois enquanto ele viaja para a província de Wakayama no Japão para buscar as famílias de sua província natal, é Kimura que ele deixa na Colônia Agrícola de Dourados para as atividades iniciais, de abertura de picadas para o transporte, a construção dos galpões para moradia, etc. Na história da colonização de Dourados, alguns “pioneiros” relatam o papel de Kimura no processo de implantação dos migrantes:

O Sr. Kimura era o representante do Matsubara entre os colonos e encarregado de tentar resolver os problemas surgidos. As dificuldades eram sempre resolvidas em grupo. Para um certo número de famílias havia um representante, que a cada mês se reuniam com os outros representantes e os 3 representantes dos navios (que chegaram Naya, Taniguchi e Ono), junto com Kimura e tomavam as decisões (entrevista de Kosuke Ono a Edna Inagaki in: Rachi e Inagaki, 2003, p.141).

O papel de Kimura ainda é percebido na implantação da colônia de Matsubara para além de um “capataz”, conforme depoimento de outro “pioneiro”:

Quando entrou na colônia, já havia famílias, das primeiras que chegaram, com o arroz tendo uns dois palmos de altura. Aí ficou apenas duas semanas. Preocupado com a grande distância da escola, pediu para trocar para um lote mais próximo da escola, no que foi atendido, ganhando, então, um lote numa área mais alta, o de número 57, graças a intermediação do supervisor senhor Mitori Kimura. O supervisor era uma espécie de guia e intérprete da Colônia Matsubara, sendo que no início de 1954, o senhor Kimura foi substituído no cargo pelo senhor Sakaguti. (entrevista de Denzo Takagi a Kiyoshi Rachi in: Rachi e Inagaki, 2003, p.133).

Guia, intérprete, responsável, capataz, entre outras denominações, fizeram de Kimura um personagem que marcou alguns destes moradores, como atestam os depoimentos cinquenta anos depois. Não foi diferente em Santa Maria, quando ele próprio resolve trazer os imigrantes diretamente do Japão para uma experiência mal sucedida em Uruguaiana, como veremos a seguir.

A origem das famílias

As 50 famílias que vieram para o Brasil no *Afurika Maru* tinham dois destinos diferentes. Dezesete famílias iriam para a Colônia Dal Justina, na Fazenda de mesmo nome, na região de Santa Rosa, atual Ernestina, enquanto o restante iria para Uruguaiana.

No caso de Uruguaiana, trinta e três famílias dispunham-se ao plantio de arroz como objetivo, e o local era a fazenda São Pedro, de propriedade do ex-embaixador João Batista Luzardo.

Não sabemos com certeza porque os japoneses são contratados para esta fazenda. Contudo, as notícias de jornal ‘São Paulo Shinbun’ apontam que o filho de João Batista Luzardo teria visto um anúncio sobre a capacidade de trabalho dos japoneses. Acreditamos que este deve ter procurado seus aliados políticos, como o prefeito e ex-governador do Estado de São Paulo em 1957, Ademar de Barros, para intermediar a negociação. Ademar de Barros foi um sério defensor do braço imigrante nipônico, agindo a favor destes quando era interventor do estado de São Paulo, durante a ditadura de Getúlio Vargas. É provável que tenha sido Ademar de Barros que providenciou os trâmites para trazer os japoneses através do amigo e presidente da Associação de Jovens Japoneses em São Paulo, o senhor Mitori Kimura.

Segundo o jornal Correio do Povo, datado de 07 de abril de 1977, Mitori Kimura declarou:

“eu mesmo fui falar com o então governador do Estado, Ademar de Barros, para trazer japoneses para Uruguaiana e recebi permissão. Fui até o Japão e selecionei 33 famílias realmente agricultoras e trouxe para o Rio Grande do Sul. Durante a viagem, quase não houve problemas e desembarcamos oficialmente no Brasil no dia dois de abril de 1957, no porto de Rio Grande.

Enquanto São Paulo, Paraná e Amazonas já não tinham tanto interesse na imigração, o Rio Grande do Sul era um Estado com pouca população e bem receptivo, como já havia mostrado com outros imigrantes.

Algumas especulações são necessárias, uma vez que não temos documentos escritos. A imigração promovida por Mitori Kimura deve ter sido a primeira imigração particular organizada a sair do Japão com destino ao Rio Grande do Sul. Embora tenha tido apoiado pela KAIKYO-REN, um órgão vinculado ao Governo Japonês para impulsionar a imigração, fundado em janeiro de 1954, a *Kaikyo-ren* e a *Kaigai Iju Kyokai* depois serão unificadas e se tornarão a JAMIC (órgão do governo japonês que auxiliava os imigrantes japoneses que chegavam ao Brasil) e a JEMIS, que posteriormente passou a ser conhecida como JICA (*Japan International Cooperation Agency*).

Segundo as entrevistas, é o senhor Daysako Oosawa quem traz o dinheiro para Uruguaiana, restando ainda definir o destino destes imigrantes. Não sabemos o que leva o

Sr. Oosawa a Santa Maria. Porém, no jornal “A Razão”, há uma pista que talvez indique o porquê da escolha desta cidade. Segundo o jornal:

“o fato de já haverem japoneses radicados em Santa Maria e que juntamente com o Lar Metodista vem empreendendo uma obra de grande vulto no chamado Cinturão Verde da cidade, crê-se que os legisladores não terão dificuldades em conseguir dados concretos para a localização de novos imigrantes”¹⁴

No dia 21 de março de 1958 chega o trem que traz os imigrantes. A transferência é o resultado de diversas tratativas que começaram meses antes. O prefeito em exercício, na época, era o Coronel Deocleciano Dornelles. Foi a ele que Mitori Kimura se dirigiu para explicar a situação em que se encontravam os japoneses em Uruguaiana. É também Dornelles quem faz o pedido formal para que o INIC ajude nas despesas de transporte. Em 08 de março de 1958 é publicado no jornal “A Razão” o telegrama de agradecimento do Cônsul Geral do Japão no Brasil ao prefeito em exercício pela atenção dispensada ao Sr. Oosawa e pelos esforços na colocação das famílias de imigrantes.

É o jornal Correio do Povo, datado de 07 de abril de 1977, que esclarece:

Eu não suportava mais – diz Kimura – ver as famílias que havia trazido passando tanta miséria e sofrendo explorações. Falei, então, com o Cônsul, que na época era Daisako Osawa e com referências dele fui para Santa Maria, onde procurei o vice-prefeito, que estava exercendo o cargo de prefeito, o coronel Deocleciano Dornelles, e expliquei toda nossa situação.

Em 16 de fevereiro de 1958 o mesmo jornal apresenta a disposição dos japoneses em trabalhar em Santa Maria. O Senhor Daysako Oosawa realiza as negociações cabíveis para trazer os imigrantes em condições dignas e diferentes daquelas enfrentadas em Uruguaiana.

Já em 26 de fevereiro fica acertada a vinda dos imigrantes. Após a vinda do presidente do INIC à cidade, no dia 03 de março, se desenha com mais clareza os procedimentos de transporte, estabelecimento e as famílias que receberão os imigrantes. Entre outros, as famílias de Luiz Aita, Gilberto Binato, Darcy Medeiros D’Ávila e Luiz Antônio Borges.

Se por um lado a resolução do problema das dívidas dos imigrantes em Uruguaiana tenha sido resolvida pelo apoio financeiro de São Paulo, mobilizada através

¹⁴ Jornal A Razão, 23 de janeiro de 1958.

da campanha realizada no Jornal ‘São Paulo Shinbun’ e viabilizada pelo representante do consulado japonês, Daysako Oosawa, é bem provável que a questão tenha sido acompanhada pelos meios oficiais do Brasil.

Todo este trabalho é realizado em conjunto com o Instituto Nacional de Imigração e Colonização – INIC, criado em 1954 e dirigido por Walter Cechella no ano de 1958, que auxilia para oportunizar emprego através das famílias interessadas nestes imigrantes em Santa Maria. Acreditamos que é o prefeito em exercício que consegue dividir as despesas da viagem (Uruguaiana - Santa Maria) entre o INIC (50%), e a outra parte paga pelos empregadores dos imigrantes em Santa Maria (50%).

É possível também que a vinda dos japoneses para Santa Maria fizesse parte de um plano do governo do Estado, denominado “Cinturão Verde”, como citado anteriormente. Este projeto consistia em diminuir os custos de produção agrícola através da implantação de agricultores nas proximidades da cidade, diminuindo os custos de transporte e, por fim, da cadeia produtiva.

Os imigrantes relatam que, ao chegar, foram recebidos pelos patrões e logo iniciaram na agricultura, abastecendo a cidade com vegetais e outros que não faziam parte dos hábitos gaúchos. A produção era dividida entre 50% para os donos da propriedade e 50% para os agricultores japoneses. Se lembrarmos que Walter Cechella é, após os anos 1960, diretor gerente da Caixa Rural de Santa Maria, poderemos imaginar que a introdução e estímulo da produção de hortigranjeiros também possui a intervenção do professor de economia da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM.

Não se sabe como os imigrantes passaram de contratados nas lavouras para a agricultura independente, mas o processo deve ter sido semelhante ao acontecido em São Paulo. Tal como publicado na região sudeste, supomos que:

“começaram a instalar um botequim, por exemplo, para iniciar uma nova atividade, completamente diferente da lavoura. Depois, acumulando capital e experiência comercial, passam a fase de armazém de secos e molhados, no qual se vendem gêneros alimentícios e outros artigos de uso cotidiano, pequenos implementos agrícolas, etc.”
CEHIJ,1992, p.84.

Terminado o contrato legal, firmado no Japão, pelo qual os imigrantes deveriam se dedicar por quatro anos à lavoura e à agricultura, muitos nipônicos começaram a buscar outras alternativas, como aconteceu no estado de São Paulo.

50 anos depois (2008)

Santa Maria, 23 de junho de 1972. Três páginas do ‘São Paulo Shinbun’ são dedicadas aos 15 anos de imigração japonesa em Santa Maria. Na festividade, realizada no restaurante Augusto, um dos mais tradicionais e conhecidos estabelecimentos da cidade, são comemoradas a prosperidade da colônia, a integração com a comunidade brasileira, o reconhecimento que já não são *dekasseguis*, mas imigrantes. Não são mais trabalhadores temporários que vieram enriquecer, mas famílias que possuem seus filhos na escola brasileira, convivem com os nacionais e se integraram a paisagem local.

Santa Maria, 07 de maio de 1958. O jornal “A Razão” noticia a realização do Festival do Japão nas festas do centenário da cidade. No palanque central da Praça Saldanha Marinho, às 20 horas “o povo santamariense terá oportunidade, na noite de hoje, assistir e apreciar toda a delicadeza das músicas populares nipônicas, toda a beleza e o colorido das vestes orientais e o suave encanto das *geishas*”. Na programação, diversos cantos e danças do folclore japonês.

Em traje de gala japonês, o coordenador e então presidente da comunidade é Mitori Kimura, o mesmo que traz os imigrantes para a cidade.

O que aconteceu após a chegada em Santa Maria? Como colocamos antes, depois do final do contrato que os fixava na agricultura, muitos tomaram o caminho dos mercados e estabelecimentos autônomos. Os mercados de hortifrutigranjeiros sustentaram muitas famílias, até a instalação dos supermercados de capital estrangeiros. Muitas famílias se fixaram em Santa Maria, depois de algumas tentativas em outras cidades, pois um dos pontos nevrálgicos da cultura japonesa é a importância dada à educação, e o município contava, desde o início dos anos 1960, com uma universidade pública.

Nas décadas de 1970 e 1980 Santa Maria foi o pólo de diversas gincanas, promovidas pela Associação Nipo-Brasileira do Rio Grande do Sul, ou a Sociedade Nipo-Brasileira de Santa Maria. Havia encontros como *engeikai* (“Festival de artes cênicas”), *undokai*, com a criação da Sociedade Nipo-Brasileira de Santa Maria (*Nihonjinkai*), fundada em 1978, clube das senhoras, clube dos jovens, cada qual com atividades específicas, realização de confraternizações, torneios, gincanas e outras formas de socialização, divertimento e perpetuação da cultura nipônica. Em 1981, a prefeitura de Santa Maria considera a Sociedade Nipo-Brasileira de Santa Maria como de utilidade pública para o município.

Conclusão

Neste breve texto mostramos uma parte da biografia de um personagem pouco conhecido da imigração japonesa no Estado do RS. A biografia de Mitori Kimura pode ser um exemplo de “nano-história”, no qual um personagem desconhecido está envolvido em diversas etapas de processos migratórios tão distantes como Marília, em São Paulo, Dourados no Mato Grosso do Sul e duas cidades gaúchas (Uruguaiana e Santa Maria) e ainda assim passar despercebida entre tantos outros imigrantes e suas trajetórias de vida.

Não era nossa intenção realizar uma biografia “autorizada” ou “não autorizada”, mas destacar a relevância de personagens aparentemente anônimos que contribuíram em um processo histórico relevante e pouco conhecido como é a imigração japonesa distante dos grandes contingentes demográficos, como é o caso dos estados de São Paulo, Paraná e outros adensamentos como as colônias de Tomé-Açú (Pará) e Amazonas.

Em outros trabalhos anteriores consideramos aspectos da memória social e coletiva (Soares, Gaudio et al, 2008), no qual discutimos as formas que estas memórias se apresentam nos imigrantes. Aqui, desejamos apenas deixar registrado como a biografia de um único integrante da colônia japonesa pode estar imbricado em diversos cenários nacionais e de caráter polêmico, como a participação na Shindo Renmei, a colonização de duas experiências de empresas de imigração e uma trajetória repleta de infortúnios e más interpretações. No futuro, pretendemos ampliar a discussão de uma história da imigração no qual os lados aparentemente irrelevantes permitam vislumbrar as memórias esquecidas e os espectros de fantasmas desconhecidos que rondam páginas ainda não escritas da história.

Bibliografia

ASSOCIAÇÃO Nipo-brasileira Sul-Mato-Grossense. Centenário da Imigração Japonesa na Grande Dourados. Dourados, MS. 2008.

Dezem, Rogério. Inventário Deops: módulo III, japoneses. Shindô Renmei: terrorismo e repressão. São Paulo, Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2000.

Guimarães, Lucia Maria Paschoal. Resenha de VAINFAS, Ronaldo. Os protagonistas anônimos da História: micro-história. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 23, nº 45, pp. 317-318 – 2003.

IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL – Meio Século após a II Guerra Mundial (1953-2003). Associação de Imigrantes Japoneses no Brasil, Comissão de Compilação do Livro comemorativo. Setembro de 2004.

Kimura, Rosângela. Shindô Renmei: Défaite de 1945 et Conflits intra-communautaires chez lês japonais Du Brésil..In: Cahiers du Brésil Contemporain, 2008, n° 71/72, p. 123-150. Disponível em <http://www.revues.msh-paris.fr/vernumpub/10-R.Kimura.pdf>, último acesso em 02 de março de 2011.

Kodana, Kaori; Sakurai, Célia. Episódios da Imigração: Um balanço de 100 anos. In: Resistência & Integração 100 anos de imigração japonesa no Brasil. IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações [organizada por Célia Sakurai e Magda Prates Coelho]. Rio de Janeiro, IBGE, 2008. P. 16-30

MORAIS, Fernando. **Corações Sujos: A História da Shindo Renmei**; São Paulo – Cia. Das Letras; 2000.

Pereira, Nilza de Oliveira Martins; Oliveira, Luiz Antônio Pinto. Trajetória dos Imigrantes japoneses no Brasil: Censo Demográfico 1920/2000. In: Resistência & Integração 100 anos de imigração japonesa no Brasil. IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações [organizada por Célia Sakurai e Magda Prates Coelho]. Rio de Janeiro, IBGE, 2008. P. 32-52.

Rosa, Helena. História Oral e Micro-História: aproximações, limites e possibilidades. Anais do IV Encontro Regional Sul de História Oral: Culturas, identidades e memórias. Florianópolis - SC de 12 a 14 de novembro de 2007, disponível em Florianópolis - SC de 12 a 14 de novembro de 2007, último acesso em 21 de janeiro de 2011.

SAKURAI, Célia. A chegada do Kasato-Maru e o contexto das migrações japonesas (1908-1970). In: KASATO-MARU: uma viagem na história da imigração japonesa/ Arquivo Público do Estado de São Paulo – São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. P.11-38.

SANTOS, Geraldine Alves. DOLL, Johannes. GAUDIOSO, Tomoko Kimura. A integração cultural do Japonês na cultura brasileira: a experiência da Colônia de Ivoti. In: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito – PPG Dir./UFRGS. Porto Alegre, Edição Especial v.1, n.3, p. 55, nov. 2003.

Schmidt, Benito Bisso. Um socialista no Rio Grande do Sul? Antônio Guedes Coutinho (1868-1945). Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

Silva, Aldina Cássia Fernandes da . Vozes Silenciadas: A imagem do imigrante Japonês entre discursos, palavras e silêncios. In: Anais do X Encontro Nacional de História Oral: Testemunhos: História e Política. Recife, 26 a 30 de abril de 2010. Disponível em: http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1270424157_ARQUIVO_VOZE_SILENCIADAS-AIMAGEMDOIMIGRANTEJAPONESENTREDISCURSOS,PALAVRASE_SILENCIOS.pdf

Soares, André Luis R.; Souza, Cristiéle Santos de. Imigração japonesa em Santa Maria através do jornal A Razão: 1956-1958. Anais do IX Encontro Estadual de História, ANPUH-RS, São Leopoldo, RS. Disponível em: www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/.../1210796488_ARQUIVO_ArtigoANPUHjapaocompleto.pdf - último acesso em 02 de março de 2011.

SOARES, André Luis Ramos; GAUDIOSO, Tomoko Kimura. et. all. 50 anos de História: Imigração Japonesa em Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil (1958-2008). Editora Maria do Cais, Itajaí, SC, 2008, 200 p.

STADNIKY, Hilda Pívaro & BARROS, M.E. *Contribuição ao estudo da imigração japonesa em Maringá*. In: DIAS, Reginaldo B. & GONÇALVES, José Henrique Rollo. Maringá e o norte do Paraná. Estudos de História Regional. Maringá: EDUEM, 1999.

STADNIKY, Hilda Pívaro. Migrações para a América: a presença nipo-brasileira no Norte Novo de Maringá, acesso em Migrações para a América: a presença nipo-brasileira no Norte Novo de Maringá. Fonte: http://www.janm.org/projects/inrp/portuguese/overview_po.htm

TANAKA. Aline Midori de Moraes. – Imigração e colonização japonesa no Brasil – um resumo, In: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito – PPG Dir./UFRGS. Porto Alegre, Edição Especial v.1, n.3, p. 55, nov. 2003.

UMA EPOPÉIA MODERNA: 80 ANOS DE IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL. Comissão de Elaboração da História dos 80 anos da imigração japonesa no Brasil. Ed. Hucitec, Soc. Brasileira de Cultura japonesa, São Paulo, 1992. Doravante citado como CEHIJ, 1992.

Jornais:

A Razão, Santa Maria, RS.

Correio do Povo, Porto Alegre, RS.

São Paulo Shinbun, São Paulo, SP. (em japonês).

Nippaku Shinbun, São Paulo, SP. (em japonês).

Paulista Shinbun, São Paulo, SP. (em japonês).